

O êxtase autoritário: O pensamento político de Azevedo Amaral

*Carlos Vinicius Costa de Mendonça*¹

Resumo: O artigo discute representações históricas do pensamento autoritário no Brasil a partir de algumas construções da visão de mundo de Azevedo Amaral, destacando a questão da educação associada ao papel das Forças Armadas como instituições capazes de garantir a cidadania e a segurança nacional. Nesse sentido, acreditamos na hipótese que as representações da ideologia política defendida por Amaral na era Vargas tinham como objetivo a militarização da educação visando a segurança nacional do país.

Palavras-chave: Estado autoritário; revolução; comunismo; educação; militarização.

Várias questões mobilizaram a sociedade na era Vargas. Em torno de temas como comunismo, revolução, pátria, ordem, trabalho, saúde, educação e segurança, as diversas instituições e grupos sociais expressaram suas concepções, interesses, formas de participação e atuação.

Das representações discursivas sobre estes temas brotou um quadro que sugeriu estratégias e conteúdos reveladores de um “êxtase autoritário”, isto é, uma situação “que privilegia a autoridade governamental e diminui de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão, colocando em posição secundária as instituições representativas.” (BOBBIO: 1992:94).

Essa predisposição para o autoritarismo foi por mim entendida a partir da leitura da obra de Azevedo Amaral, um dos mais representativos ideólogos do pensar, do sentir e do agir do período do Estado Novo (1937-1945).

A hipótese deste ensaio é que Azevedo Amaral defendeu em suas formulações a militarização do Estado no qual as Forças Armadas funcionassem como instituições capazes de consolidar uma ideologia autoritária de segurança nacional que pretendeu construir “uma imagem de sociedade una, indivisa e

¹ Doutor em História Social pela USP (2002) e professor do Departamento de História da UFES.

homogênea, advogando um controle que normatizasse e uniformizasse o conjunto da vida social em nome de um valor dominante que implicasse a identificação entre o público e o privado, as Forças Armadas, o Estado, a Igreja e a sociedade civil” (DUTRA: 1997: 16).

Desde logo, adianto que tenho clareza que o substantivo autoritarismo é um conceito utilizado largamente por inúmeros analistas sociais. Entre eles, os que se ocupam com a associação das relações humanas e de poder, nesta ou naquela estrutura político-social; são os que mais recorrem ao termo (e ao adjetivo “autoritário”) como recurso interpretativo próprio à “dissecação” de fatos históricos que contemplam o universo da política.

Nessa perspectiva, o pensamento autoritário, especialmente, o que foi escolhido para construção da “ponte” do período Vargas, não pode ser identificado o tempo todo como conservador. Se para este a tradição deve sempre prevalecer sobre o novo, para a ideologia autoritária, as mudanças sob controle de um Estado fortalecido e centralizador compõem seus parâmetros de análise, e assim, a modernidade é entendida como uma necessidade para que a tradição não se desvirtue em desordem.

“O pensamento conservador norteia-se pela experiência do passado; partindo do princípio de que tudo o que existe possui um valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e gradual. Trata-se sempre de um aproveitamento do passado para uma experiência real, como se o passado se oferecesse como presente virtual. Seus pontos de consideração emanam de uma mentalidade rígida, que apenas levanta sistemas de pensamento estáticos.” (MERCADANTE: 1980: 228).

Nesse caso, o autoritarismo tem sua historicidade própria, distinta do apego ao passado e está relacionado aos momentos de ruptura da sociedade capitalista para a qual propõe uma *sui generis* idéia de modernização, justamente quando se faz necessário que a mudança prevaleça sobre a tradição.

Assim como a autoridade e seus desdobramentos comportamentais podem ser vislumbrados em inúmeras outras ideologias, parece que há uma tendência a

considerar que o autoritarismo está dentro de tudo. Karl Loewenstein, por exemplo, reconhece o autoritarismo “dentro” do totalitarismo, ressaltando as distinções (LOEWENSTEIN: 1970: 13).²

Ora, se é bem verdade que a ideologia autoritária não se cansa de fazer a apologia das ditaduras e do poder centralizado, não se pode perder de vista que o seu discurso “funciona” muito mais como “técnica” de exclusão à participação nos exercícios de poder. Insere-se, portanto, em uma racionalidade organizadora dos processos de monopolização do Estado no qual se produzem variadas espécies de consenso que, inclusive, justificam afirmações do tipo “democracia de força”.

Evaldo Vieira, no livro *Corporativismo e autoritarismo no Brasil*, adverte que o Estado autoritário, ao substituir o princípio da mobilização das massas pelo da autoridade, repelia aquilo que fundamentava o Estado totalitário: partido único, ideologia organizada; convivendo e incentivando a proliferação de “ideologias desorganizadas” e “simulacros de partidos” (VIEIRA: 1981: 16).

Desse modo, o autoritarismo não pode ser confundido com o conservadorismo *stricto sensu*, com o totalitarismo e também com o reacionarismo. Este último, como aposta explícita no passado, regula-se a partir de um saudosismo medieval propondo utopias regressivas como válvula de escape da realidade. Assim, enquanto o reacionarismo recusa à razão na sua explicação do real, o autoritarismo se localiza no limite entre o racional e o irracional.³

Isto posto, pretendo apresentar um panorama geral do pensamento autoritário no Brasil (possivelmente ainda situado mais no nível da “aparência” do que da “essência”), investigando especialmente as formulações e prescrições políticas,

² Ver também ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 2-3; LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 13-20.

³ A ideologia reacionária, que vem do século XIX pelas mãos de De Maistre e Louis Veuillot, chega aos anos trinta do século vinte pela difusão das idéias de Henri Massise, Auguste Viatti, Charles Maurras da *Action Française* e do *Integralismo Lusitano*. Ver a propósito: IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971, p. 111.

bem como, à apreensão dos temas essenciais no Estado Novo nas interpretações de Azevedo Amaral.

Na sua obra *Ensaio brasileiro*, publicada alguns meses antes da Revolução de Trinta, Azevedo Amaral definiu sua posição nitidamente anti-liberal.⁴

Para ele, o século XX, já àquela altura, era caracterizado pela extrema turbulência de guerras e revoluções que se sucediam e se entrecruzavam, era o século da revolução e da contra-revolução – do “revolucionismo” – em oposição ao século XIX, que havia sido aquele do “evolucionismo”: “O nosso século, parece destinado a definir-se na história como a idade da ideologia revolucionária” (AZEVEDO AMARAL: 1930: 182).

Essa transição era identificada como intrinsecamente anti-liberal, pois que, valorizando os métodos de ação direta, negava os dos parlamentares e o sistema de decisão política por maiorias eleitorais do intrincado e contraditório mecanismo democrático-liberal: “Reduzido aos seus traços essenciais, revolucionismo contemporâneo não envolve mais que uma predileção pelos processos diretos e de ação brusca, como um método de acelerar pela intervenção deliberada da vontade humana a marcha do progresso social, que o evolucionismo da velha escola liberal deixava a cargo da lenta atuação de

⁴ A variedade de assuntos presentes nos textos do pensador e ensaísta carioca Antônio José de Azevedo do Amaral, reflete, creio, a ocupação central do autor ao longo de sua vida. Foi o jornalismo seu *metié*, levando-o inclusive a abandonar a carreira para a qual se formara – a medicina. Foi como jornalista que teve oportunidade de viver durante quase dez anos na Inglaterra, entre 1906 e 1916, enquanto correspondente dos Jornais *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*. Sua experiência na Inglaterra certamente influenciou na proposta industrialista que defendeu para o Brasil. Ele não se manteve saudosista do país agrário, nem mesmo se ocupou em modernizar o campo, já que não era por essa via, na sua opinião, que o país alcançaria a forma superior da civilização. Falecido ainda durante a Segunda Guerra Mundial, foi um dos que melhor sublinhou os condicionamentos externos, tanto políticos como econômicos, das opções brasileiras. Ao lado de Oliveira Vianna, suas análises foram permeadas pelo autoritarismo e pelo racismo. A sua participação no “Estado Novo” não foi apenas platônica, nem limitada ao endosso genérico. Aliás, o que distingue as suas últimas obras publicadas, *O Estado autoritário e a realidade nacional* (1938) e *Getúlio Vargas, estadista* (1941) dos seus livros anteriores, *A aventura política do Brasil* (1935); *Brasil na crise atual* (1934); *Renovação nacional* (1936) – é precisamente a intenção de saldar o golpe de 37 como uma decisão política que atendeu seus anseios e preocupações e a oportunidade de discutir a construção de uma doutrina para o regime. Ver SODRÉ, Nelson Werneck. *Orientações do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1952, pp. 19-40; CAMARGO, Aspásia. *A teoria política de Azevedo Amaral*. **Revista Dados**, n.º 2/3, 1967, pp. 194-224; LAMOUNIER, Bolívar. Introdução. In _____. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UnB, 1981, pp. 1-19.

forças coletivas modificadas insensivelmente pela influência contínua de pequenas reformas e de infiltração educativa” (Idem: 192).

E a revolução bolchevique de 1917 estaria na base de tudo: “O revolucionismo atual, propellido pela demonstração espetacular da experiência soviética, tornou-se rapidamente um fenômeno mais ou menos universal se contrapondo a esse sistema de filantropismo político (...) Herdados da Revolução Francesa e do século XIX (...) que se diria visar deliberadamente uma seleção invertida dos valores sociais” (Idem: 202).

Seleção e imagem “invertida dos valores sociais” que culminou com a crise mundial do Estado liberal – crise política, institucional e econômica – de que a Primeira Guerra Mundial havia sido um resultado e cuja “decomposição” era vista como uma “grande crise de mutação histórica”, uma nova etapa da civilização e face a ela “o problema que assim defrontava todos os povos, inclusive aqueles cujo atraso econômico até então os alheara das questões prementes que pareciam restritas ao círculo das civilizações mais adiantas, resumia-se na imperiosa organização das suas atividades, sob pena das mais calamitosas conseqüências”. E prosseguia: “Regredir às formas de vida econômica de antes da guerra era absolutamente impossível”. (AZEVEDO AMARAL: 1930: 210)

Nessa “crise de mutação histórica”, aludiu, então, como o individualismo econômico e a democracia liberal eram “dois cadáveres, em torno dos quais murmuram as suas lamentações impotentes as velhas carpideiras (...) desses mortos não devem mais cuidar os vivos” (AZEVEDO AMARAL: 1935: 5-7).

Entre 1935 e 1937, ao comentar os antecedentes do Estado Novo, criticava o sufrágio universal, a “comédia democrática” considerando a democracia liberal como uma forma histórica já superada, procurando mostrar que “a prática efetiva do regime democrático-liberal ter-nos-ia arrastado a uma situação de anarquia política e caos social” (Idem: 5-6).

Para Amaral o Estado, qual o organizara a Constituinte de 1934, mostrava-se impotente para assegurar a unidade nacional e afastar da sociedade brasileira os perigos imprevisíveis da confusão social, “corrompendo” assim o conceito de autoridade (AZEVEDO AMARAL: 1930: 166).

Se por um lado Azevedo Amaral opunha-se ao Estado liberal, por outro opunha-se também ao Estado totalitário, que identificava com o bolchevismo e com o fascismo e, logo a seguir com o nacional-socialismo. Procurava, assim, manter-se em posição de equidistância crítica face ao tripé (comuno/fascista/nacional-socialista).

Em 1934 ele procurou mostrar que a Revolução bolchevique não teria, afinal, passado de uma “ilusão” e mesmo de um “retrocesso”, uma reação tártara à civilização branca” e à “cultura do ocidente”, afirmando que a “ascendência do Poder Político das massas não passa de uma ilusão e que o comunismo soviético seria mais uma investida da velha barbárie da Ásia” (Idem: 260).

Da mesma forma o fascismo era por ele equiparado e visto como um autoritarismo deturpado: “Dentro do círculo de condições determinadas pela realidade italiana, impunha-se logicamente a organização de um Estado autoritário. A ditadura tinha de exercer a função legítima de instrumento excepcional para a defesa policial da sociedade ameaçada pela anarquia e de reparação enérgica dos erros e vícios profundamente enraizados nos costumes políticos e na prática da administração (...) Porém, o que não devia acontecer é manter indefinidamente, condições opressivas, como a Itália não as conhecia desde o início do movimento de unificação” (AZEVEDO AMARAL: 1934: 78).

Nessa mesma linha também ele prognosticou o fracasso da “irrupção do hitlerismo na Alemanha” – ilusão do pós-guerra, condenado à frustração e a falência. Assim, o nazi-fascio-comunismo seriam efêmeros e transitórios e os seus ditadores “síndicos de massas falidas das ruínas da democracia liberal” (AZEVEDO AMARAL: 1930: 58). Desse modo, o Estado autoritário, equidistante do liberal e do totalitário, era, o modelo político-institucional ideal de Estado moderno.

Esse Estado moderno era também apolítico: “No curso que teremos que seguir para aumentar a eficiência do Estado, como instrumento solucionador dos problemas concretos que nos defrontam com vários ramos da atividade administrativa, teremos provavelmente de reforçar ainda certos aspectos da autoridade executiva e sobretudo de preparar os meios de afastar a influência perturbadora de agitações políticas” (Idem: 244).

Nesse sentido, o Estado autoritário, intervencionista, se justificava em nome de soluções técnicas para os problemas concernentes às “grandes massas da população”, os quais teriam sido relegadas pelas minorias oligárquicas liberais que detinham o controle do Estado “neuro” e absenteísta” do *laissez-faire*, a um plano secundário. (AZEVEDO AMARAL: 1934: 50).

Assim, o estado autoritário era também um Estado democrático de novo sentido – o autêntico, escoimado da deturpação do liberalismo demagógico: “Aliás, as condições peculiares das sociedades contemporâneas são de molde a tornar tão necessários os governos autoritário que, se estes fossem inadapáveis ao regime democrático, seria a democracia que teria de ser sacrificada porque o autoritarismo se tornou uma questão de salvação coletiva nas circunstâncias do mundo atual” (AZEVEDO AMARAL: 1981: 195).

De fato, somente uma forma de governo autoritário era capaz de permitir o desenvolvimento normal da democracia e de suas instituições. Porém, ele reconhecia a importância da representação como postulado fundamental da democracia, explicando:

Entre nós, no Brasil, o autoritarismo seria esta forma possível de representação e de identificação entre o Estado e a Nação e, por isso, o nosso Estado autoritário era também um Estado nacional e um Estado democrático (...) Em uma coletividade nacional, o que constitui as forças ativas de cujo dinamismo resultam as manifestações características da vida social, econômica, cultural e política não é a totalidade das massas formadoras da população. Nestas, cumpre discriminar os elementos que intervêm direta e ativamente no jogo do dinamismo coletivo e que, na realidade, tem concentradas na sua órbita de

atividades as responsabilidades e as iniciativas vinculadas a propulsão e a orientação da nacionalidade. Ao lado dessas forças sociais reúnem-se outras que, embora tenham também incontestavelmente um papel a representar, não atuam senão como instrumento de realização dos objetivos dos grupos dirigentes cujas tendências (...) imprimem o verdadeiro sentido da vida coletiva (...) Onde o Estado não é a expressão orgânica da representação autêntica da sociedade não há democracia. (Idem: 190-191)

Desse modo, o apelo constante à força dos grupos dirigentes como prerrogativa básica do Estado-Nação era um argumento estratégico. Ou seja, se o voto e a revolução não se apropriavam à nossa cultura, alguém precisaria usufruir de liberdade absoluta para ser intuitivo – chefe, o presidente. No poder intuitivo do líder depositar-se-ia a liberdade da Nação, da liberdade individual seria realizada a partir dos benefícios colhidos com a autoridade, porque “o poder promana de quem governa e não pode portanto, sem flagrante absurdo ter a sua origem atribuída à vontade dos que são governados” (AZEVEDO AMARAL: 1981: 57).

Atento ao papel das elites, chegou a uma síntese da sua mecânica analítica tomando a autoridade por instrumento delimitador dos conflitos sociais: “O papel do estadista, em tais circunstâncias, é refrear os entusiasmos, moderar a exaltação renovadora, fazer com que o trabalho reconstrutor se realize sem perda completa de contato com as bases históricas integradas na tradição nacional. E lembra que Benito Mussolini exprimiu uma vez, de modo lapidar, essa missão do estadista revolucionário, dizendo que não bastava ter coragem para reformar, mas era preciso também a coragem de conservar” (Idem: 107).

Partindo do pressuposto que era necessário o golpe certo antes que golpes errados se manifestassem, era coerente sua concepção de democracia fosse decorrente de sua noção de ordem, hierarquia e autoridade.

Para ele o Estado autoritário baseava-se na demarcação entre aquilo que a coletividade social tem o direito de impor ao indivíduo e o que formava a esfera intangível das prerrogativas inalienáveis de cada ser humano – “a redenção

das individualidades estava relacionada e interdependente da noção de autoridade como base da democracia” (Ibidem: 150).

Caráter caricato que destinou à democracia liberal, uma vez que rejeitava as universalizações via voto e partido, aponto para uma visão de mundo que considerava a democracia como obediência consensual e hierarquia, contudo procurando sempre diferenciar sua pregação autoritária do fascismo.

Em sua atividade jornalística revelou-se um acurado observador que apontava fatos e fenômenos dos mais relevantes da vida nacional. Pode-se tomar como exemplo a análise que fez sobre o conflito entre integralistas e o comunismo no Brasil.

Assim, em 1938, ponderou que o crescimento do movimento comunista era fruto da propaganda e da ação integralistas (a seu ver corrente ideológica inspirada no modelo de organização fascista). Para ele, o integralismo inventou perigos imaginários para que os capitalistas e a pequena burguesia o apoiassem, e o resultado teria sido o de alarmar as massas trabalhadoras, criando nelas uma receptividade à influência das correntes extremistas, o que permitiu o crescimento dos comunistas.⁵

Esta interpretação de Amaral, independente de existir ou não base factual que a sustentasse, apontava para o senso de observação e o grau de autonomia do autor frente às leituras e visões políticas de sua época.

No campo educacional, embora tenha refletido a respeito, Amaral, não apresentava-se como especialista em política de educação. Tal tradição era aventada por uma inteligência especializada que, inclusive, por vezes, o tomava por referência para explicitar as peculiaridades do momento histórico que exigia das elites, ligadas ao poder, uma unidade discursiva.

⁵ Citado por OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alli. *O Estado Novo ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 49.

Nesse sentido, o pensamento autoritário não pode recusar o reformismo como prática do “avanço” da sociedade, até porque à mudança dizia respeito à sua própria ontologia. Ora, Azevedo Amaral apostou num horizonte redentor oferecido pela industrialização nacional sob tutela do Estado. E foi com essa perspectiva que afirmou que a escola:

Exigiria uma transformação, através da valorização do ensino profissional, da educação prática e da competência técnica. Partindo sempre do conceito de processo educativo como instrumento de intensificar a utilidade social do indivíduo, numa época empolgada pelo economismo, toda a ação pedagógica deveria visar preponderantemente o aumento da capacidade produtora dos que passassem pela influência escolar. (AZEVEDO AMARAL: 1930: 284)

Desse modo, o discurso pedagógico foi atado a um movimento discursivo que reduzia o mundo político ao determinismo técnico. Tal redução ancorava-se em uma noção de progresso recolhida das doutrinas antropológicas e sociológicas vigentes à época que consideravam toda cultura como resultado de um processo constante de evolução. Para Amaral, o momento pelo qual o país passava era o de elaboração de um “neo-capitalismo científico” (AZEVEDO AMARAL: 1934: 48).

Em *Ensaio brasileiro*, ele pontificou a necessidade de romper com o tradicionalismo, inclusive o das escolas, para que se reunissem nos mais variados círculos da sociedade as condições de implementação do projeto evolutivo descortinado pela nova ordem industrial. Pensando a cultura das massas neste contexto, enfatizou:

A questão imediata que se apresenta hoje no país, reclamando pronta solução, é a do desenvolvimento intensivo das nossas atividades produtoras e a coordenação destas, de modo que possamos passar antes a um nível econômico superior. E os problemas que se inserem na ordem espiritual, o aperfeiçoamento educacional, cultura e social das massas e o próprio saneamento das nossas populações. (AZEVEDO AMARAL: 1981: 223)

Foi também a partir dessas inquietações que percebeu que a reformulação metodológica do ensino nacional não poderia ser monopólio de suas

aspirações. Colocadas a salvo a ordem, a corporativização do Estado e a anulação dos conflitos de classe, delegou ao Estado e aos intelectuais a tarefa de pensar a política educacional.

Na verdade, sua identificação orgânica com o regime se consolidou com a implantação do Estado Novo, realidade política aspirada por ele e que o fez produzir uma interpretação sobre o papel da intelectualidade que sugeria uma *função* educativa.

A ideologia do Estado Novo envolve a determinação de certas finalidades para onde deve encaminhar-se a Nação, o que implicitamente acarreta para o Estado uma função educativa (...) Isto não apenas na acepção pedagógica da função educadora, mas no sentido da plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime (...) A missão dos intelectuais é sutil. Emergidos da coletividade como expressões mais lúcidas do que ainda não se tornou perfeitamente consciente no espírito do povo, os intelectuais são investidos da função de transmitir às massas, sob forma clara e compreensível, que nelas é apenas uma idéia indecisa e uma aspiração mal definida. (AZEVEDO AMARAL: 1981: 272)

A sutileza da “missão dos intelectuais” sugerida por Amaral obrigatoriamente passava por uma “consciência cívica” identificada com a ideologia do regime, que enxergava que a liberdade de expressão não poderia ser dada a todos de forma igualada. Assim, envolvendo uma depreciação acentuada do operariado, explicitou seu elitismo considerando ingênuas as tentativas de associar educação com democracia, povo com emancipação e liberdade com igualdade. Tomando tais referências como partes e conceitos irreconciliáveis, ratificou a autoridade como veículo condutor da segurança estrutural do sistema (Idem: 275-6).

De fato, no projeto político do governo Vargas pós-37, a dimensão ideológica adquiriu peso fundamental, na medida em que se constituiu numa doutrina de *obrigação política* para a sociedade civil. Nesse sentido, o lugar do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) naquele projeto foi de importância decisiva, já que se constituiu em um dos mecanismos

fundamentais na difusão da imagem do Estado Novo. A entidade foi criada em dezembro de 1939, ocupando a sua direção Lourival Fontes. Subordinava-se diretamente ao Presidente da República e tinha órgãos filiados nos vários estados (DEIPS) que, por sua vez, se subordinavam ao do Rio de Janeiro. O DIP incluía as seguintes divisões: divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa, cujo objetivo era o de centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa. Estava incumbido de sistematizar as informações para os ministérios e entidades públicas e privadas em matéria de propagação do regime (CARONE: 1977: 169-170).

É necessário ressaltar que foi durante o Estado Novo que se elaborou a montagem de uma propaganda sistemática do governo. E, mais importante, parecia existir todo um discurso que legitimava a necessidade de se propagandear o regime.

Desse modo, a imprensa, reduto de Azevedo Amaral, se colocou como o setor mais eficiente do DIP. Voltada prioritariamente para o exercício da censura e da propaganda do governo, veiculou o discurso estado-novista notadamente nos jornais e revistas. Era portanto, bem significativo o fato de que a Constituição de 1937 estabelecer um dispositivo (n.º. 15, art. 22) que a subordinava ao poder público. Amaral se colocou contra esse preceito, reivindicando o direito de a “elite intelectual” expor seus pontos de vista, distinguindo a sua “crítica construtiva”, da “demagogia jornalística”, efetuada pelos outros setores.

Argumentando que sua crítica e a de seus pares não pretendia formar correntes de opinião contrárias ao Estado, como o fazia a outra, mas sim colaborar para o seu engrandecimento. Observou ainda que a “imprensa responsável” mais próxima dos interesses nacionais, apoiava e reforçava o poder público, porque só ele “dispõe de recursos de informação e de conhecimento das questões atinentes aos interesses nacionais para poder apreciar se a divulgação da notícia era ou não conveniente” (AZEVEDO AMARAL *apud* VELOSO: 1982: 73).

E foi com esse discurso ambíguo, de se opor ao dispositivo constitucional que subordinava a imprensa ao poder público, e ao mesmo tempo, defendendo a censura e a conveniência da divulgação ou não de uma notícia, que Azevedo Amaral percebeu a importância do jornal e da revista como matrizes dos meios de comunicação da nova ordem.

Assim, no êxtase de expor suas idéias sobre política e educação, criou e dirigiu a partir dos anos quarenta a revista *Novas Diretrizes*. A exemplo de inúmeras outras publicadas no período, se destinavam a propagandear o regime – *Cultura Política, Ciência Política, Estudos e Conferências, Dos Jornais* e outras mais efêmeras, como *Brasil Novo* e *Planalto* – a revista de Amaral apresentava a defesa intransigente de efetivação de ensino militar nas escolas e a educação militar integral da juventude, a ser realizada pelo Exército.

Para ele naquela conjuntura (pós-golpe de 37), a educação nacional era uma questão que deveria receber uma atenção maior das Forças Armadas. Reagindo “contra os pacifistas e sonhadores do desarmamento e da paz universal”, o Exército tinha o “dever supremo” de tornar efetiva a educação militar integral das novas gerações. Educação militar não no sentido restrito de treino para o uso eficiente das armas, mas no sentido amplo de formação intelectual e moral das novas gerações. É necessário formar uma mentalidade capaz de pensar militarmente, e, para isso, reorganizar o sistema educacional:

De modo a que, desde a escola primária até a universidade seja ministrada às novas gerações o ensino militar, que as habilite física, intelectual e moralmente ao desempenho da função de soldado (...) precípua missão da cidadania. (AZEVEDO AMARAL: 1940: 30)

Nos artigos publicados na revista *Novas Diretrizes*, Amaral procurou justificar a interferência dos militares na política educacional:

As funções da cidadania confundem-se com a missão do soldado de tal forma, que não pode ser considerado cidadão na plenitude do termo quem não possui capacidade para o desempenho do dever militar e sobretudo a mentalidade para apreciar as questões dessa categoria. (COSTA CHAVES: 1980: 7-9)

Desse modo, enquanto a competência para o desempenho do dever cívico se adquiria no serviço militar, a construção e a formação de uma mentalidade capaz de encarar os fatos “pelo prisma de sua correlação com a segurança nacional” exigiria uma ação educativa muito mais abrangente:

Ao lado da formação do soldado é preciso cuidar do desenvolvimento da consciência do cidadão em linhas militares. (...) É indispensável que um processo educativo inteligentemente orientado venha a criar em cada indivíduo o espírito que lhe permita atuar em todas as situações da vida, encarando os fatos pelo ângulo da segurança nacional. Semelhante mentalidade não pode ser criada exclusivamente durante o período de serviço militar, quando o indivíduo já está a entrar na idade adulta. Tende originar-se sob a influência de forças morais em ação sobre a criança e continuar a desenvolver-se na sua atuação durante a sua adolescência e juventude. (Idem: 8).

Essa missão pedagógica dos militares de preparar o cidadão desde a mais tenra idade no interior da política de segurança nacional, na visão de Azevedo Amaral, legitimava as Forças Armadas a participar e intervir na definição das orientações norteadoras das políticas educacionais:

A identificação indissociável da cidadania e da função militar no Estado moderno impõe aos chefes militares o dever precípua e iniludível de cooperar com as autoridades especializadas na esfera educativa, a fim de assegurar que no ambiente da escola se façam sentir as influências inspiradas pela preocupação suprema da segurança do Brasil. (COSTA CHAVES: Op. Cit.: 9)

Considerações Finais

Desse modo, Azevedo Amaral, preconizou um trabalho permanente de sincronização do sistema educacional com as finalidades das Forças Armadas, que para ele era em última instância, as únicas instituições capazes, associadas à força dos grupos dirigentes, de negar a validade do voto e da revolução e sobretudo de infiltrar no aparelhamento pedagógico-educacional as influências inspiradoras da preocupação suprema do país: a segurança nacional.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *Ensaio brasileiro*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Omena e Barreto, 1930.

_____. *Aventura política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935.

_____. *O Brasil na crise atual*. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1934.

_____. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

_____. A imprensa no Estado Novo. In: VELOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. O Exército e a educação nacional. In: *Nação Armada*. Rio de Janeiro: Almanaque da Nação Armada, Biblioteca do Clube Militar do Rio de Janeiro, 1940.

BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 1992.

CAMARGO, Aspásia. *A teoria política de Azevedo Amaral*. **Revista Dados**, n.º 2/3, 1967, pp. 194-224.

CARONE, Edgar. *Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo: Difel, 1977.

COSTA CHAVES, Luís Antônio da. *Levantamento da revista Novas Diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1980. (mimeo).

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário – imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.

IGLESIAS, Francisco. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LAMOUNIER, Bolívar. Introdução. In AZEVEDO AMARAL, Antônio J. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UnB, 1981, pp. 1-19.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la constitución*. Barcelona: Ariel, 1970.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alli. *O Estado Novo ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Orientações do pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Vecchi, 1952.

VIEIRA, Evaldo. *Corporativismo e autoritarismo no Brasil (Oliveira Vianna & Companhia)*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1981.